

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – EQUIPE ZETA.

Ref. Pregão Eletrônico nº 134/2021/SUPEL/RO
Processo nº 0009.054887/2021-17

A F MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.029.142/0001-07, com sede na avenida Rondônia, nº 4669, bairro Liberdade, Cidade Alta Floresta D'Oeste/RO, na condição de licitante no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO pelos motivos de fato e razões de direito abaixo expostos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente destaca-se que o presente Recurso Administrativo é tempestivo, uma vez que o resultado da licitação foi divulgado no dia 13.04.2021 e, o prazo para recorrer é de 03 (três) dias, consequentemente até o dia 16/04/2021, conforme ata disponível na plataforma Comprasnet.

2. DO MÉRITO

No dia 12 de abril de 2021, às 9h00min, foi aberto o Pregão Eletrônico 134/2021, conforme objeto descrito no item 2.1 do Edital: "Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições de Agregados para execução de serviços com CBUQ, em várias Rodovias Estaduais, conforme especificações deste Termo de Referência". (grifos nosso).

Da análise da presente Licitação vê-se que existem irregularidades/ilegalidades no ato que declarou como vencedora do certame as empresas abaixo relacionadas.

I. A J DA SILVA COMÉRCIO E LOCACAO DE MÁQUINAS, CNPJ: 05.659.806/0001-00, com sede na Est. Terceira linha, lote 134, Gleba, GLEBA PYRINEOS, S/N, Setor 05, Zona Rural, cidade de Ji-Paraná RO, considerada vencedora do Grupo/Lote 4.

II. RONDONMAR CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ: 04596384000108, com sede na Rua Elias Gorayeb, nº 2773 - letra B, bairro Liberdade, na cidade de Porto Velho RO, considerada vencedora do Grupo/Lote 5.

2.1. VIOLAÇÃO DOS ITENS 13.8.3 E 13.8.4 DO EDITAL - ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM DESACORDO COM O EDITAL - NÃO ATENDIMENTO DOS QUANTITATIVOS EXIGIDOS.

O Edital, sendo a norma que regula o procedimento licitatório, traz no item 13.8.1 que:

As empresas deverão apresentar Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível EM CARACTERÍSTICAS e QUANTIDADES com o objeto desta licitação, nos termos do Art. 3º, inciso III, da Orientação Técnica Nº. 001/2017/GAB/SUPEL/RO. (Base Legal: art. 30, II c/c § 1º da Lei Federal 8.666/93; IN 05/2017/MPOG, a saber:

(...)

III – acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

(...)

d. LOTE 04: Parcela de maior relevância: Fica determinado

como parcela de maior relevância o Item 02, tendo em vista o seu valor estimado de R\$ 5.178.860,96(Cinco milhão cento e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e seis centavos).

e. LOTE 05: Parcela de maior relevância: Fica determinado como parcela de maior relevância o Item 03, tendo em vista o seu valor estimado de R\$ 14.353.078,25(Quatorze milhão trezentos e cinquenta e três e oito mil, setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

(...)

13.8.3. Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento de no mínimo 40% (quarenta por cento) do quantitativo relativo a parcela de maior relevância do lote no qual esteja participando.

(...)

13.8.4. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos. (grifos nosso).

Ora, em não se tratando de contratação de alta complexidade, contudo, visando garantir a entrega eficiente dos materiais, objeto desta licitação, a Administração trouxe para o edital o conceito desse valor significativo que trata da representatividade em termos financeiros desses itens no contexto do valor global do objeto demonstrando quais seriam os itens de maior relevância e fixando o percentual mínimo que se deveria apresentar em quantitativo com relação a esse item, o Edital faz lei entre as partes e vincula a administração.

A Lei nº 8.666/93, traz que na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de mensurar se estas dispõem de conhecimento, experiência, aparelhamentos técnico e humano suficientes para atender ao futuro contrato a ser celebrado.

Para tanto, a Lei de Licitações admite que a Administração possa exigir a comprovação da capacitação técnico-

operacional, conforme o art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

Com relação à capacitação técnico-operacional, a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante que deve comprovar a sua capacidade para desempenhar atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

O TCU editou a Súmula nº 263:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Nessa linha de pensamento o Tribunal de Justiça do Amapá decidiu em face de Mandado de Segurança:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NÃO COMPROVADA. ATESTADO QUE NÃO COMPROVA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS COM CARACTERÍSTICAS E QUANTITATIVOS SEMELHANTES AO DA LICITAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1) Para fins de mandado de segurança, autoridade coatora é aquela "que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática" (art. 8º, § 3º, da Lei nº 12.016/09).

2) O mandado de segurança que discute inabilitação da impetrante deve ter como autoridade coatora quem compete à homologação do resultado, e não a Pregoeira, cujas atribuições cessam com o encerramento do certame. Ou seja, tendo sido o Prefeito quem homologou a licitação, deve responder pela sua prática, inclusive porque detém poderes para corrigir eventual ilegalidade.

3) A sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, prescreve que a Administração deve analisar a qualificação técnica dos licitantes, para verificar conhecimento, experiência e corpo técnico suficiente para satisfação do contrato a ser firmado.

4) A capacidade técnica da licitante é aferida mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de bens similares às características, quantidade e prazos com o objeto da Lei nº 8.666/93. 5) A exigência de capacidade técnica garante a segurança da contratação, rigor do disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.666/93 e 5º, parágrafo único, do Decreto nº 5.450/2005.

6) Na hipótese, não tendo a impetrante apresentado atestado técnico que comprove o fornecimento de bens semelhantes em características e quantidades ao objeto do Pregão Eletrônico, não há como concluir que a homologação da licitação tenha sido ilegal ou abusiva, por violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. 7) Ordem denegada. (Tribunal de Justiça do Amapá TJ-AP – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 0000516-80-2019.8.03.0006 AP). (grifo nosso).

Então, decidindo pela exigência de quantitativo mínimo, cabe ao órgão licitante indicar claramente qual é o item de maior relevância que vincula os atestados técnicos relacionados ao quantitativo, sendo o requisito do item 13.8.3 do Edital, a saber:

a) Item de maior relevância do lote 4 – item 02 – Pedrisco - 40.817,00 M3.

b) Item de maior relevância do lote 5 – item 03 – Pó de Pedra/brita - 148.475,00 M3.

A legislação é robusta com relação aos requisitos para a exigência de quantitativo mínimo, não sendo necessário ser prolixo no recurso apresentando e citando inúmeras jurisprudência, súmulas e decisões, contudo, é importante alertar que a Administração deve se limitar a cumprir de forma integral as normas, não podendo se desviar do que exigiu e, com relação a tais itens, dispôs de forma clara que a licitante deve comprovar, com atestados de capacidade técnica, o fornecimento de no mínimo 40% (quarenta por cento) do quantitativo relativo a parcela de maior relevância do lote no qual esteja participando.

Observa-se que não há margem para interpretação diversa, é uma conta matemática simples, considerando o disposto no item 13.8.3, as empresas licitantes deverão apresentar Atestados de Capacidade Técnica que comprovem que forneceram 16.326,80 m3 de Pedrisco, relativo ao Lote 4 e 59.390,00 m3 de Pó de Pedra/brita do Lote 5. Se assim não for a interpretação, porque motivos a Administração teria inserido no Edital a exigência de quantitativos mínimos, indicando a parcela de maior relevância? Tal item do Edital se mostraria vazio e inútil ferindo de morte os princípios da legalidade, imparcialidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo que rege os procedimentos licitatórios.

Então vejamos quais foram os quantitativos apresentados pelas empresas consideradas vencedoras desses lotes:

LOTE 4

A J DA SILVA COMERCIO E LOCACAO DE MAQUINAS

DESCRIÇÃO M3 Mesmo Agregado

Brita 3/4 2.936,50 3.407,50

Brita 1 471,00

Brita 3/8 1.520,80 4.195,80

Brita 0 755,00

Pedrisco 1.920,00

Brita comercial 3.764,00

Pó de Brita/pedra 8.269,90

Areia Grossa Lavada 480,00

areia lavada fina 74,67

seixo 4,00

LOTE 5

RONDONMAR CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

DESCRIÇÃO M3 Mesmo Agregado

Brita 3/4 18.784,83 20.984,83

Brita 1 2.200,00

Brita 0 1.600,00 8.825,92

Pedrisco 7.225,92
Brita 2 2.000,00
Pó de Brita/pedra 24.872,39
Areia lavada fina 3.000,00
Transporte 43.727,88

O Edital não exige quantidade de Atestados Técnicos e sim a comprovação de quantitativos mínimos, no caso em tela, 40% relativo à parcela de maior relevância. E como se observa nenhuma das duas licitantes cumpriu com o requisito do item 13.8.3 do Edital.

A Licitante A.J Comércio e Locação de Máquinas apresentou o Atestado Técnico da Rical sem quantitativos especificados, portanto, não deve ser considerado. É necessário que se observe ainda que alguns itens dos atestados estavam em toneladas, sendo necessária a conversão para metros cúbicos. A licitante Rondonmar Construções de Obras Eireli apresentou os atestados da Prefeitura de Porto Velho, Concreron e da Escala Engenharia sem a definição dos quantitativos, há de estar constando de forma expressa, restando prejudicada a análise e validação dos documentos apresentado, devendo ser desconsiderados.

Em face do exposto é necessária a reflexão com relação a admitir que os atestados apresentados pelas Recorridas atendem ao exigido no Edital, é contribuir de forma solidária para que as regras editalícias sejam frequentemente desrespeitadas e sequer consideradas. É recorrente a apresentação de atestados antigos, genéricos e que vem sendo apresentados e considerados pela Administração, quiçá podendo configurar uma intenção intrínseca de afastar demais competidores? As cláusulas editalícias tem ou não tem valor? Devem ou não ser cumpridas na sua integralidade? Qual o motivo de inserir uma exigência e depois ser desconsiderada pelo próprio órgão interessado? Será então que tais exigências são exacerbadas e nem deveria fazer parte do Edital? Julgar em desconformidade com o exigido no Edital é violar de forma expressa o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

3. DO PEDIDO

Isto posto e preenchidos os requisitos legais PUGNA A RECORRENTE pelo recebimento do presente recurso para que seja processado e julgado por este d. Sr. Pregoeiro exercendo o juízo de mérito e de retratação, conforme prescreve o Art. 109, § 4º da Lei 8.666/93 e, assim, seja reformada a decisão para INABILITAR as empresas: A J DA SILVA COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS considerada vencedora do Grupo/Lote 4 e RONDONMAR CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI segunda colocada no Grupo/Lote 4, em caso da INABILITAÇÃO DA A J DA SILVA COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS e, ainda considerada vencedora do Grupo/Lote 5, por descumprimento ao item 13.8.3 e 13.8.4 do Edital, prosseguindo com a HABILITAÇÃO da A F MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI nos Grupos/Lotes 4 e 5 por cumprir o dispositivo legal na sua integralidade.

Alta Floresta RO, 15/04/2021.

NESTES TERMOS
PEDE E AGUARDA DEFERIMENTO.

A F MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI

Fechar